

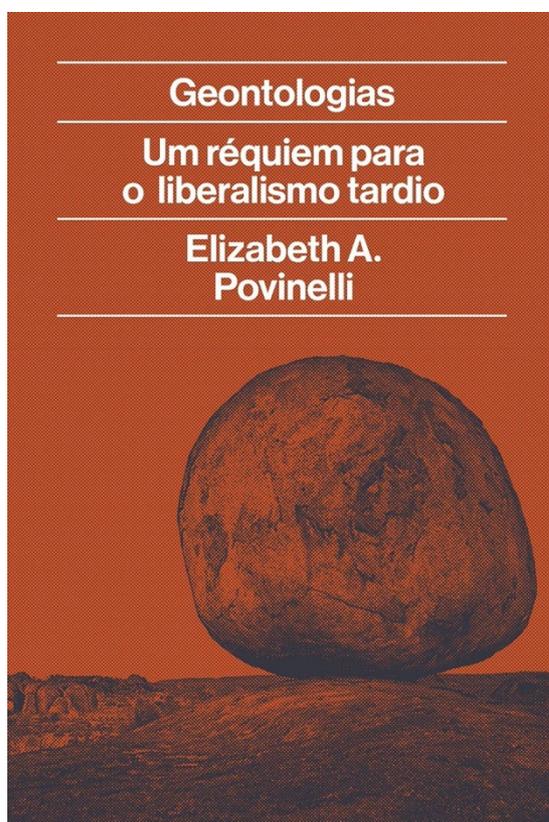
Um réquiem para o liberalismo tardio é necessariamente um réquiem para a demarcação ontológica entre vida e não-vida?

BEATRIZ JUDICE MAGALHÃES 

Universidade de São Paulo | São Paulo, SP, Brasil

beatrizjudice@gmail.com

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v33i2pe226981



POVINELLI, Elizabeth. 2023. *Geontologias. Um réquiem para o liberalismo tardio* (traduzido por Mariana Ruggieri). São Paulo: Ubu.

As obras de Elizabeth Povinelli vêm ganhando adesão crescente junto ao público brasileiro, que passou a ter, em 2023, acesso à tradução, para o português, de “*Geontologias: um réquiem para o liberalismo tardio*”, editado inicialmente nos Estados Unidos em 2016. Embora originalmente concebido para fechar a trilogia da autora a respeito do liberalismo tardio de ocupação, que teve início com *Empire of Love* e *Economies of Abandonment* (ambos, ainda, sem edições em português), *Geontologias*, como destaca Povinelli, também



e226981

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i2pe226981>

remete a outros trabalhos anteriores, como *Labor's Lot* (também sem tradução no Brasil) e os ensaios *Do Rocks Listen?* e *Might be Something*. Os leitores da autora e os estudiosos da temática do Antropoceno agora podem se debruçar também sobre a recém-lançada edição brasileira de “*Between Gaia and Ground- Four Axioms of Existence and the Ancestral Catastrophe of Late Liberalism*” – publicado originalmente em 2021 – intitulado, na versão em português, “Catástrofe ancestral- Existências no liberalismo tardio”, que deve contribuir para o debate profundo e intenso das ciências humanas em geral e da Antropologia em particular em torno da crise ecológico-climática e de seus desdobramentos ontológicos e epistêmicos.¹

Em *Geontologias*, obra de grande densidade teórica, Povinelli, que tem formação acadêmica nas áreas de filosofia e de antropologia – e que, como lembrado por ela própria, foi buscar na segunda uma forma prática de colaborar junto a indígenas de Belyuen, no norte da Austrália, com quem atuava em meados da década de 1990 –, conecta reflexões teóricas sobre formas de poder, ontologias, descrições de episódios etnográficos e análises geopolíticas para se debruçar sobre as questões que se coloca. Tais questões, embora fortemente relacionadas à experiência da autora com os grupos locais, assumem papel norteador para a elaboração de considerações teóricas mais gerais relacionadas ao Antropoceno, mais especificamente às questões de poder conectadas a essa irrupção da atenção para as conformações geológicas estabelecidas pelos humanos, bem como às suas implicações ontológicas. Entenda-se, portanto, que a proposta de Povinelli nesta obra não é pouco ambiciosa, já que se trata de, por exemplo, nada menos de, ao dialogar com Michel Foucault, estabelecer novas formas de poder nas sociedades biopolíticas², relacionadas ainda a outro elemento crucial na análise da autora – o liberalismo tardio de ocupação, termo que faz referência às relações entre grupos indígenas, Estados e empreendimentos econômicos conformadas nas últimas décadas, em que se associam características da opressão colonial sobre as populações autóctones a algumas políticas de reconhecimento.

A partir daí, Povinelli introduz, já no primeiro capítulo, as figurações que se apresentariam, também como em Foucault, como sintomas e diagnósticos dessa modalidade bem contemporânea de poder, o geontopoder liberal tardio. Mas, antes que nos detenhamos nelas, é necessário precisar melhor o que a autora busca estabelecer com esse conceito. Ele é introduzido por ela em relação direta com os termos conectados às ideias de biopoder, já que, segundo entendo, Povinelli advoga por uma progressiva ocupação do espaço dessa forma de poder pelo neologismo aqui introduzido. Nas suas palavras:

¹ Agradeço aos colegas do Projeto Temático Métis - Artes e semânticas da criação e da memória que participaram do grupo de leitura da obra “*Geontologias*”, no segundo semestre de 2023, propiciando discussões e debates que contribuíram para as reflexões que orientaram a redação da presente resenha. O grupo de leitura e esta publicação se inserem nas atividades do projeto, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp, Processo 2020/07886-8.

² O adjetivo “novas” aqui não alude, necessariamente, a um tipo de poder que surge mais recentemente, mas sim a uma modalidade que, embora já presente anteriormente, estaria ocultada. Observe-se então que, na elaboração teórica da autora, o Antropoceno contribui para tornar o geontopoder mais visível, mas não o inaugura.

O modo mais simples de delinear a diferença entre geontopoder e biopoder é considerar que o primeiro não opera pela governança da vida e pelas táticas da morte, e sim se apresenta como um conjunto de discursos, afetos e táticas utilizados no liberalismo tardio para manter e dar forma à relação futura da distinção entre Vida e Não Vida. Este livro argumenta que, à medida que são desestabilizadas as divisões ordenadoras estáveis daquilo que é Vida e Não Vida, novas figuras, táticas e discursos de poder vão deslocando o quarteto biopolítico (POVINELLI, 2023: 22-23).

É assim que ela vislumbra um processo de perda de força do biopoder como forma dominante em favor da ascensão dessa nova modalidade de poder – não apenas emergente, mas já ocupante de espaço significativo –, o geontopoder, intimamente conectado à ideia de liberalismo tardio de ocupação. Trata-se de uma formulação tática, como indica a própria autora ao delinear o geontopoder como uma espécie de indicador por meio do qual é possível perceber a limitação do espaço concedido às populações indígenas pelo liberalismo tardio no que se refere a nada menos do que à manutenção das suas analíticas de existência. E aqui me parece que ela acerta mais em sua análise do que quando propõe o englobamento do biopoder pelo geontopoder. Mas deixemos esse tópico para um pouco mais adiante e retornemos, por ora, às três figuras associadas ao geontopoder: o Deserto, o Animista e o Vírus. Aqui, já é possível orientar nossa análise para o tema da demarcação entre vida e não vida, que estrutura as três figuras de tal forma que o Deserto é “o espaço em que já houve vida, não há mais, mas poderia haver se conhecimentos, técnicas e recursos fossem devidamente administrados” (POVINELLI, 2023: 42). A segunda figura, o Animista, englobaria “aquelas pessoas que defendem a equivalência entre todas as formas de vida ou que enxergam vida onde outros enxergariam a ausência de vida” (idem). Por fim, a figura do Vírus desafia a demarcação entre vida e não vida, agindo como vivo ou como não-vivo de acordo com as circunstâncias, sempre a se beneficiar de uma ou de outra condição.

Passemos, agora, às conexões estabelecidas pela autora entre o geontopoder e o que diversos autores têm chamado de “acontecimento Antropoceno” (cf., dentre outros, Bonneuil e Fressoz, 2016). Aqui, cabe mencionar que, ao contrário do que se poderia pensar ao ouvir pela primeira vez o termo “geontopoder”, ele não é concebido como um desdobramento direto dessa irrupção da junção entre o social e o geológico. Conforme explica Povinelli, a emergência do Antropoceno pode ter dado visibilidade a essa modalidade de poder, mas ela começa antes, junto à governança da diferença por parte do liberalismo tardio de ocupação. Tal governança parece à autora muito mais orientada pelo geontopoder do que pelo biopoder. Nessa perspectiva, ontologias (ou geontologias) que não aderem à distinção ocidental entre o que é vivo e não-vivo seriam acomodadas sob o signo da diferença autorizada pelo liberalismo tardio de ocupação, a qual seria bastante limitada por ele. Assim, “os direitos concedidos aos grupos indígenas pelo Estado não incluem o direito de transformar sua perspectiva em norma, mas de afixar uma pequena válvula nos gasodutos muito maiores das abordagens geontológicas realizadas pelo liberalismo tardio” (POVINELLI, 2023: 69).

O capítulo inicial também traz uma apresentação da organização geral do livro e dos outros seis ensaios que o compõem. Conforme explica a autora, os capítulos 2 a 6 são delineados em torno de formas de existência – ou Sonhares – que se compõem com os coletivos com os quais Povinelli atua e que ultrapassam nossa geontologia que delimita vida e não-vida (também referida por ela como biontologia): Duas Mulheres Sentadas (uma formação rochosa), um Sonhar composto por fósseis e ossos, um canal de maré composto pela jovem Tijpel, o nevoeiro que dá forma à cobra *tjelbak*, e uma formação de barragens de pedra e de recifes marinhos associada a diversos Sonhares. Por fim, o capítulo 7 fecha a obra de modo bastante sintético, retomando a forma teórica mais abrangente introduzida no primeiro capítulo.

A presença de elementos etnográficos norteadores nos capítulos do “miolo” do livro não significa que eles são menos providos de considerações teóricas. Na verdade, a densidade e a profundidade de reflexões no campo da teoria são uma marca do trabalho de Povinelli, o que torna a leitura de “Geontologias” exigente. Não é uma obra para ser lida quando se estiver comprometido pelo cansaço ou pela distração, ainda que minimamente. Cada capítulo enseja considerações teóricas específicas, trazendo um amplo repertório de leituras que a autora busca colocar em diálogo com as analíticas de existência dos grupos indígenas que lhe são próximos.

No capítulo 2, Povinelli apresenta um episódio de disputa judicial por terras, descrevendo como o regime jurídico do estado australiano, estruturado sob o liberalismo tardio, limita os direitos das populações autóctones, acomodando suas analíticas de existência à mera ideia de autenticidade. Mais adiante, o exemplo da agência das rochas (figurada pela entidade Duas Mulheres Sentadas) nas analíticas indígenas enseja uma discussão teórica profunda a respeito da demarcação entre vida e não-vida na ontologia ocidental, levada ao limite pela autora. Para tentar demonstrar a presença de pontos frágeis em tal demarcação, ela se vale fortemente da própria ideia de agenciamento da grande extinção promovida pelo acúmulo de dióxido de carbono (não-vida) na atmosfera. Conforme conclui a autora, os agenciamentos, permeabilidades e características comuns à vida e à não-vida que chacoalham nossa ontologia, embora cada vez mais numerosos e presentes, não desencadearam uma mudança política no sentido de substituir a leitura das ontologias autóctones de “crenças culturais” pelo reconhecimento respeitoso de suas analíticas de existência.

No terceiro capítulo, Povinelli também faz uma apresentação bastante viva e precisa das epistemologias locais, atentas aos envolvimento e entrelaçamentos mútuos que conformam arranjos imanentes de existência. Sua análise é desenvolvida a partir do aprendizado obtido junto a Grace Binbin e Betty Bilawag, amigas indígenas com quem realizou incursões no Território do Norte na Austrália. Elas ensinam a autora a reconhecer aparições e manifestações que sinalizam a necessidade de se estar atento e responsivo a elementos dessas existências coordenadas, e que existem riscos implícitos às maneiras pelas quais essa atenção é fornecida. Trata-se, portanto, de um “mundo intensamente interessado” (POVINELLI, 2023: 129), que, ao ser fortemente perturbado pelos processos de colonização, impôs reorganizações nas respostas fornecidas pelos indígenas. Dentre elas, incluem-se intervenções nas paisagens, teorizadas pela população em uma epistemologia centrada nos

efeitos de tais interferências. Assim, conforme coloca Povinelli, “ações (como) o modo como se entrava ou saía de um mangue, de uma planície, de uma maré, de um bosque ou de uma casa constituíam afetos sensoriais, rastros cognitivos e reentrâncias materiais abrangentes” (POVINELLI, 2023: 132). A epistemologia nativa suscita uma recuperação de autores do realismo especulativo e da ontologia orientada a objetos pela autora, que especula sobre com quais deles os seus colegas nativos gostariam de dialogar e quais se disponibilizariam para tais conversas. A última pergunta é, provavelmente, retórica, já que a estudiosa destaca o desinteresse por diálogos mais horizontais como estruturante do pensamento filosófico, desinteresse que, salienta, deve ser enfrentado para que se possa levar adiante uma necessária interação entre modos de existência humana.

Essas indagações têm continuidade com temas abordados no capítulo seguinte. Nesse quarto ensaio, intitulado “A normatividade dos corpos d’água”, Povinelli estrutura reflexões a partir de Tijpel, uma jovem que se transformou em um canal de maré. Em termos ocidentais, Tijpel poderia ser definida como um agenciamento, que, do ponto de vista do geontopoder, seria paradoxal, já que não se encaixa na demarcação entre vida e não-vida configurada por essa modalidade de poder. Assim, Povinelli conclui que tentativas de se aproximar agências análogas a Tijpel de teorizações ocidentais, como aquela em torno da ideia de normatividade, só farão sentido se superarmos divisões como a configurada entre vivo e inerte. Isso porque os amálgamas e composições entre vida e não-vida são tão cruciais para a viabilização da primeira que seria impossível pensar em um termo sem o outro; e também porque a autora considera que a vida, no sentido biológico, “parece ser, cada vez mais, nada além de um modo de olhar para uma série de substâncias entrecruzadas e entrelaçadas” (POVINELLI, 2023: 167). Mesmo que o segundo argumento me pareça trazer alguns problemas, como procurarei desenvolver mais adiante, o primeiro não só faz sentido como é, claramente, cada vez mais corroborado pelas próprias ideias de Antropoceno e de crise/emergência climática.

No final do capítulo, a autora retoma a crítica à ideia de Antropoceno e às narrativas alternativas a ele introduzidas no capítulo inicial. Suas considerações – estruturadas na crítica ao centramento da espécie humana como protagonista do atual estado de coisas – a levam a colocar questões interessantes, elaboradas em torno das implicações e desdobramentos políticos do Antropoceno. Importa mencionar que muitas dessas questões apresentam forte convergência com reflexões de autores e autoras das ciências humanas e sociais que se debruçaram sobre tal proposição geológica, e cujas obras foram editadas no mesmo período que *Geontologias*. Assim, notadamente Bonneuil e Fressoz (2016), Haraway (2016), Hornborg e Malm (2014) e Moore (2016), dentre outros, apresentam argumentos bastante similares aos da estudiosa em sua crítica à ênfase da espécie humana como agente do Antropoceno. Ademais, ao observamos as questões de representatividade mencionadas por Povinelli, é quase impossível não nos remetermos ao Parlamento das Coisas de Bruno

Latour (2019) e ao seu desenvolvimento posterior concatenado ao Antropoceno e suscitado pela Conferência das Partes de Paris (COP-21) em Latour (2015)³.

Mesmo que o diálogo da autora com todas essas referências possa não ter sido viável em razão da simultaneidade das publicações, leitores da obra que vêm se debruçando sobre os ecos obtidos pela temática do Antropoceno na Antropologia e nas demais ciências humanas provavelmente notarão uma lacuna importante nesse quesito. Essa crítica sustenta-se não apenas pela força adquirida por tais repercussões, mas também, e especialmente, pelas alusões imprecisas de Povinelli às teorizações em questão. Com teor bastante crítico, elas se restringem a breves comentários ao longo dos capítulos 1 e 4 – comentários, anote-se também, bastante genéricos, em que não há sequer menções aos nomes dos outros estudiosos do Antropoceno, com exceção de Anna Tsing, cujo livro “O cogumelo no fim do mundo” (TSING, 2015) é referido de forma bastante indireta, sem a inclusão do nome da obra por Povinelli. Assim, embora a autora ofereça contribuições originais ao debate, a ausência de diálogo com outros estudiosos do Antropoceno é marcante, e se constitui como um dos pontos mais falhos de *Geontologias*⁴.

No quinto capítulo, “O nevoeiro do sentido e o *demós* sem voz, em continuidade com as apresentações anteriores, a autora parte de uma figuração indígena, a cobra *tjelbak*, corporificada por um nevoeiro. Tal figuração engendra reflexões profundas sobre os limites políticos da linguagem em situações em que analíticas como *tjelbak*, Tijpel e Duas Mulheres Sentadas – conforme caracteriza Povinelli, respectivamente existentes meteorológicos, ecológicos e geológicos – emergem como potenciais sujeitos políticos. A autora conecta discussões acerca da sua inclusão em potenciais assembleias ampliadas, em que se debatem pontos importantes implicados no Antropoceno, abrangendo questões de representatividade relativas a entidades não-humanas como animais, plantas, rios e florestas. Embora se trate de um ensaio ao debate bastante promissor, tenho a sensação de que a autora acaba por fazer uma avaliação demasiado negativa de estudiosos e correntes que validam a necessidade de se dar voz a entidades não humanas (no sentido ocidental, de espécie) para ampliar os sujeitos nas arenas de discussão. Isso é feito em prol de uma pretendida radicalização da alteridade de tais entes, os quais, conforme entende Povinelli, só seriam levados a tais arenas devidamente se isso ocorresse para além de uma inclusão da fala, o que implicaria permitir que tais existentes perturbassem as próprias condições de enunciação autorizadas pela linguagem.

Em que pese a importância de se desnaturalizar tais condições para um aprofundamento do debate a respeito das condições políticas da ampliação de sujeitos reconhecidos no Antropoceno, cabe, no entanto, anotar que a densidade teórica da autora poderia frutificar mais do que uma certa rigidez em sua análise parece permitir. Seu repertório e sua capacidade analítica poderiam estabelecer diálogos bastante fecundos –

³ Ainda que Povinelli aluda brevemente ao Parlamento das Coisas latouriano mais adiante, no capítulo 6, parece-nos de fato uma lacuna importante que ela não faça menção ao seu desenvolvimento mais recente em nenhum dos capítulos mencionados.

⁴ Como modalidade de atenção contraposta a essa abordagem, veja-se a leitura sagaz e atenta de Haraway (2016) do Antropoceno e de algumas de suas narrativas alternativas.

mesmo que algo críticos – com muitos dos autores e das escolas correlatos, caso se propusesse a desenvolver melhor as passagens de relance em que retoma uma certa concretude em grandes intervalos teóricos ao tecer considerações e colocar questões centrais às relações do Antropoceno – ou, se quisermos, do geontopoder – com modos de existência indígenas. Note-se que o que conforma a ausência de tal diálogo é a pressuposição, de saída, de uma imbricação inerente e indissociável entre as múltiplas tentativas de inclusão dos direitos de não-humanos – da Constituição da Bolívia às reflexões de Latour sobre o Parlamento das Coisas, para citar dois exemplos mencionados por ela – e o liberalismo tardio de ocupação, conexão que não nos parece, necessariamente, tão absoluta como entende a autora.

É como se as considerações de Povinelli pudessem ganhar nova luz se fossem dotadas de um certo grau de pragmatismo, que está mais presente no capítulo 6, “O *download* do Sonhar”. Se as reflexões sobre a participação política empreendidas no capítulo anterior se beneficiariam de um aprofundamento das conexões entre as analíticas indígenas e o repertório teórico abordado, as considerações acerca das interações do Karrabing – um coletivo de mídia alternativa composto por indígenas do Território do Norte australiano e integrado pela autora – com as novas tecnologias de informação são realizadas de forma mais conectada ao contexto vivenciado pelos indígenas juntamente com Povinelli, e acabam, assim, conseguindo provocar um diálogo mais amadurecido com as teorias evocadas.

Nas últimas décadas, a retirada progressiva do Estado australiano na promoção de garantias dos direitos da população autóctone fez com que os grupos não tivessem alternativa a não ser aderir à lógica neoliberal – o que significa inclusive sucumbir, de algum modo, a empreendimentos muito destrutivos, como os de exploração minerária. Além dos dilemas óbvios que essa situação envolve, o Karrabing defronta-se com outras modalidades de complexidade nas decisões aí implicadas, como reflete a autora ao mencionar a utilização, por parte do coletivo, de tecnologias de realidade aumentada. As conexões entre o uso de *smartphones*, a extração mineral e a profanação de entes corporificados pelas rochas e montanhas são explicitadas pela autora de forma bastante sagaz, analogamente a outras passagens da obra, em que ela recupera diversas redes de ligação relacionadas a empreendimentos econômicos que geram poluição e outros tipos de danos ambientais, detalhando efeitos como as mudanças da composição química dos próprios corpos situados nos locais atingidos. Tal abordagem é, sem dúvida, um dos pontos altos da obra, e dá ensejo a que a autora desenvolva dois dos aspectos centrais em sua análise: as imbricações entre vida e não-vida e a invisibilidade do quase-evento.

Esses dois aspectos são retomados no último capítulo – surpreendentemente sucinto, quando se compara sua extensão à dos demais – em que Povinelli busca sintetizar as considerações teóricas que emolduram o livro. Retomando alguns temas colocados no capítulo introdutório, ela reforça sua crítica ao modo narrativo do Antropoceno – que, a seu ver, invisibiliza acontecimentos como a poluição de rios e do ar, o acúmulo de toxinas e a destruição de formações rochosas por meio da extração mineral. Eles se reúnem, para ela, sob o signo do quase-evento, em contraposição a grandes acontecimentos como “os grandes desmoronamentos de parede de gelo, as enchentes e os furacões” (POVINELLI, 2023: 270)

e a extinção da vida na Terra, os quais, segundo ela, seriam aqueles realmente visibilizados pela narrativa do Antropoceno, em detrimento dos anteriores.

A distinção vida/ não-vida é uma demarcação que estrutura todo o quadro teórico elaborado pela autora. Como vimos, o geontopoder constituir-se-ia na própria forma de poder por meio do qual operaria o liberalismo tardio de ocupação, consistindo no próprio conjunto de discursos que mantêm e dão forma à distinção entre vida e não-vida. Dessa forma, esse par de oposição adquire, na análise de Povinelli, uma indissociabilidade da lógica destrutiva da mercantilização associada ao neocolonialismo, ou seja, é, de saída, algo bastante pejorativo. Advogar por uma ampliação dos direitos e do reconhecimento de populações autóctones e de suas analíticas da existência seria, obrigatoriamente, então, realizar uma espécie de denúncia epistemológica e política de tal demarcação. E nesse ponto me permito discordar da autora, por entender que sua construção teórica ataca tão fortemente as noções de vida e não-vida aos males do capitalismo e da colonização que elas se tornam inimigas de qualquer valor positivo. Pergunto-me se não existiria, como alternativa a, de um lado, esse tipo de elaboração excessivamente demolidora e, de outro, a leituras demasiado ingênuas a respeito do Antropoceno e do capitalismo, uma postura epistemológica mais aberta, que se expanda a outras ontologias ao mesmo tempo que não encerre a nossa em um enquadramento puramente negativo.

Tal crítica não provém apenas de um incômodo de caráter valorativo, mas se baseia, também, em elementos que observo em muitos dos quadros conformados no Antropoceno. Dos transgênicos aos circuitos de computador feitos por fungos, o tecnobiopoder (HARAWAY, 2013) ganha cada vez mais força, e, de uma certa perspectiva, a ênfase sugerida por Povinelli no geontopoder e na implosão da distinção entre vida e não-vida parece obliterar esse aspecto estruturante da conformação atual. De um outro ângulo, reitero, em forma de indagação, se uma abertura epistemológica que não cancele a distinção vida/não-vida, como a que há pouco sugerimos, não seria mais efetiva no diálogo com ontologias indígenas como a yanomami, considerando a importância de conceitos como o de terra-floresta e o de valor de fertilidade da terra nela presentes (KOPENAWA e ALBERT, 2015). Alianças que contenham aberturas ontológicas e acordos pragmáticos (DE LA CADENA, 2018; ALMEIDA, 2021) são o que o Antropoceno parece exigir cada vez mais.

Da mesma forma, a forte amarração pela autora do próprio Antropoceno à lógica liberal tardia também dificulta bastante que se vislumbrem nuances e complexidades para além de uma certa simbiose entre os dois termos – que, não negamos, existe, mas que não consideramos tão absoluta, a ponto de esgotar outras modalidades de relação. Não obstante, um dos méritos da abordagem de Povinelli reside na iluminação fornecida por suas considerações teóricas a empreendimentos como os de geoengenharia, muitos dos quais, sem dúvida, parecem se encaixar nessa imbricação perigosa. Também soa bastante acertada sua leitura da impossibilidade de conciliação do atual estado de coisas com o que se prenuncia com o Antropoceno – ou com outras nomeações –, daí, o próprio termo “réquiem”, presente no subtítulo da obra, se mostra bastante pertinente. Todavia, cabe indagar se o necessário fim da vigência do capitalismo, neoliberalismo ou liberalismo tardio de ocupação como modos de apropriação e de significação dominantes precisa, obrigatoriamente, ser

acompanhado de uma implosão da distinção entre vida e não-vida, o que, como exposto, não nos parece ser o caso.

Dentre os pontos fortes da obra, destaco, além dos já citados, o fato de Povinelli estabelecer uma teorização interessante sobre o encontro do neoliberalismo com as populações indígenas, marcado pela perda de direitos territoriais, por uma ampliação limitada de direitos políticos e pelas complexidades decorrentes dessa relação⁵. Tal análise adquire profundidade com as considerações da autora a respeito das imbricações entre vida e não-vida, as quais, reitere-se, considero bastante pertinentes, o que não entra em desacordo com a crítica que apontei ao passo além proposto no livro no sentido de afirmar uma necessidade mais genérica da implosão de tal diferenciação.

Dito isso, deixo a cargo dos demais leitores – e dos acontecimentos que estão por vir – definir se minhas considerações fazem justiça ao trabalho da autora e à complexidade do presente. De fato, muitas das questões abordadas por Povinelli e por outros estudiosos do Antropoceno ainda estão por se fazer mais bem compreendidas, mas antes devem mesmo, dada a urgência do que nelas se está implicado, ser respondidas, e aí residem também as complexidades e desafios das temáticas abrangidas em obras como esta.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Mauro. 2021. Caipora e outros conflitos ontológicos. In ALMEIDA, Mauro. *Caipora e outros conflitos ontológicos*. São Paulo: Ubu Editora.
- BONNEUIL, Christophe; FRESSOZ, Jean-Baptiste. 2016. *L'événement Anthropocene – La Terre, l'histoire et nous*. Paris: Éditions du Seuil.
- DE LA CADENA, Marisol. 2018. Natureza incomum: histórias do antropo-cego (traduzido por Jamille Pinheiro Dias). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 69, 95-117. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/m9S6Cn7yqLFmftGHfddCk5b/?format=pdf>
- HARAWAY, Donna. 2016. Tentacular Thinking- Anthropocene, Capitalocene, Chthulucene. In HARAWAY, Donna. *Staying with the trouble- Making kin in the Chthulucene*. Duke University Press, Durham e Londres.
- HARAWAY, Donna. 2013. Manifesto ciborgue- Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano* (traduzido por Tomaz Tadeu). Belo Horizonte: Autêntica.
- HORNBORG, Alf; MALM, Andreas. 2014. The Geology of Mankind? A Critique of the Anthropocene Narrative. *The Anthropocene Review*, v. 1, Issue 1.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. 2015. *A queda do céu* (traduzido por Beatriz Perrone-Moisés) - Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras.

⁵ Cabe sublinhar que, assim como outros tópicos do livro, este também mereceria um diálogo mais profundo com outros autores, notadamente com Marisol de la Cadena (2018).

- LATOUR, Bruno. 2015. 8ª Conferência – Comment gouverner des territoires (naturels) en lutte? In LATOUR, Bruno. *Face à Gaïa: huit conférences sur le Nouveau Régime Climatique*. Paris: La Découverte.
- LATOUR, Bruno. 2019. *Jamais fomos modernos* (traduzido por Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34.
- MOORE, Jason. 2016. The Rise of Cheap Nature. In: MOORE, Jason. (Ed.). *Anthropocene or Capitalocene? – Nature, History and the Crisis of Capitalisme*. Oakland: PM Press.
- TSING, Anna. 2015. *The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins*. Princeton: Princeton University Press.

sobre a resenhista

Beatriz Judice Magalhães

Pós-doutoranda no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP); Doutora e Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Pesquisadora Associada do Projeto *Métis - Artes e semânticas da criação e da memória* (Projeto Temático Fapesp- 2020/07886-8).

Autoria: A autora é responsável pela coleta de dados, sistematização e síntese dos argumentos apresentados ao longo do texto, bem como por sua escrita.

Financiamento: Este estudo não teve financiamento.

Recebido em 10/07/2024.

Aprovado para publicação em 03/09/2024.